

Diário do Nordeste

2 de AGOSTO de 2019 Ano 38/Nº 13359

SEXTA-FEIRA R\$ 3,00

Fundador: Edson Queiroz

www.diariodonordeste.com.br

FOTO: THIAGO GASPAR



A peleja do transporte coletivo no interior

Apenas cinco municípios do Ceará contam com transporte público

População do interior sofre com opções precárias de locomoção P. 2 E 3

VERSO

30 anos sem
Luiz Gonzaga,
o Rei do Baião



Desordem
persiste na
Feira da Rua
José Avelino

P. 8 e 9

DESTAQUE

BAIXA COBERTURA



Em algumas cidades que não contam com o transporte coletivo rodoviário, muitos se utilizam de “paus de arara” para se locomoverem

#TransporteColetivo



André Costa andre.costa@diariodonordeste.com.br

Dificuldade no ir e vir

97,3%

DAS CIDADES CEARENSES NÃO CONTAM COM TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO

Somente Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Juazeiro do Norte e Crato dispõem desta modalidade. Os municípios estão concentrados em apenas duas regiões do Estado

Dois anos atrás, a universitária Francisca Sales trocou a vida agitada da capital cearense pela Terra dos Monólitos, no Sertão Central. A mudança foi justificada pela realização de um sonho: a aprovação em Engenharia de Software na Universidade Federal do Ceará, campus Quixadá. Nova cidade, nova rotina. Antes, em Fortaleza, a jovem se deslocava por meio do transporte coletivo. Agora, para ir até a universidade, faz uso de mototáxi, uma viagem mais cara e considerada mais perigosa na avaliação da fortalezense. A mudança na forma de se locomover, no entanto, não foi uma escolha.

Quixadá é uma das 179 cidades cearenses que não contam com transporte público

coletivo rodoviário. No Estado, apenas cinco municípios (Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Juazeiro do Norte e Crato) dispõem desta modalidade, conforme levantamento do Sindiônibus.

“O restante das cidades só tem serviços muito precários, na maioria dependente de vans que operam sem garantia de regularidade ou controle”, pontuou a assessoria do Sindiônibus.

O número, correspondente a menos de 3% de todas as cidades cearenses, está bem distante da porcentagem brasileira. Segundo a Associação Nacional de Transportes Urbanos (NTU), dos 5.570 municípios do Brasil, 2.901 oferecem serviços de transporte urba-

no, um total de 52% da nação.

Diante desta realidade, fica evidente a necessidade da criação de incentivos e políticas públicas que facilitem o deslocamento das pessoas a diversos pontos de uma cidade. Para o professor do Departamento de Engenharia de Transportes da Universidade Federal do Ceará (UFC), Mário Ângelo de Azevedo, a ausência deste modal causa impacto em diversos setores da sociedade.

O especialista considera que, além de dificultar a locomoção das pessoas, obrigando-as a utilizar veículos próprios ou a pagar mais caro por serviços particulares - como taxi e mototáxi -, a ausência do transporte impacta até na economia da cidade.

Apenas cinco municípios cearenses contam com transporte coletivo

Faltando em outras 179 cidades do Estado, o serviço é indicado em aglomerados urbanos com cerca de 60 mil habitantes. Segundo especialistas, faltam políticas públicas que incentivem a implantação desta modalidade

FOTO: ALEX PIMENTEL



que e desembarque no Centro. Seis meses depois, o projeto não saiu do papel.

Cavalcante justificou o não-andamento do projeto afirmando que “surgiram outras prioridades, como a recuperação da malha viária e a limpeza da cidade”. O secretário não definiu uma data para a implantação das linhas de ônibus. “Meu gasto diário com mototáxi poderia estar sendo aplicado em meus estudos, em lazer ou em qualquer outra coisa, caso aqui tivesse ônibus”, crítica a universitária Francisca Sales.

Espera

Em Iguatu, cidade polo da região Centro-Sul cearense, os mais de 100 mil habitantes também não contam com transporte coletivo urbano rodoviário. No entanto, até o fim deste ano, esse cenário pode ser modificado. A Câmara Municipal de Vereadores aprovou lei que regulamenta o serviço. O processo licitatório para escolha da empresa que vai prestar o transporte coletivo já foi concluído, e a estimativa é de que, até o fim deste ano, seja efetivada a contratação da empresa. A ideia inicial é atender os moradores da Vila Gadelha, onde estão sendo construídas 900 casas do Programa Minha Casa Minha Vida, distante 8 km do Centro.

“Iguatu já é uma cidade grande, com vários bairros em expansão e precisa de transporte coletivo. A gente não pode ficar dependendo de mototáxi”, disse o estudante Márcio Lopes.

O debate ocorrido no Legislativo de Iguatu deveria ser, na análise de Mário de Azevedo, “mais frequente”. Ele destaca que, em muitos casos, as empresas não se sentem atraídas a atuar em determinados municípios e, portanto, cabe aos gestores garantir um cenário adequado para recebê-las.

O Sistema Verdes Mares tentou contato com o Departamento Estadual de Trânsito (Detran-CE) para saber como é feita a fiscalização e regulamentação dos transportes coletivos nas cidades cearenses. No entanto, a reportagem não obteve respostas.

Já a Agência Reguladora do Estado do Ceará (Arce) informou que atua somente no transporte intermunicipal e que “o levantamento do Sindiônibus refere-se apenas ao transporte municipal”.

“Empresas e indústrias buscam se instalar em locais bem estruturados”, pontua Ângelo. Ele destaca ainda que o dinamismo da economia está intimamente ligado à circulação de pessoas. “Se há facilidade no ir e vir, há ganho na qualidade de vida. É um benefício que vai além da mobilidade urbana”, acrescenta.

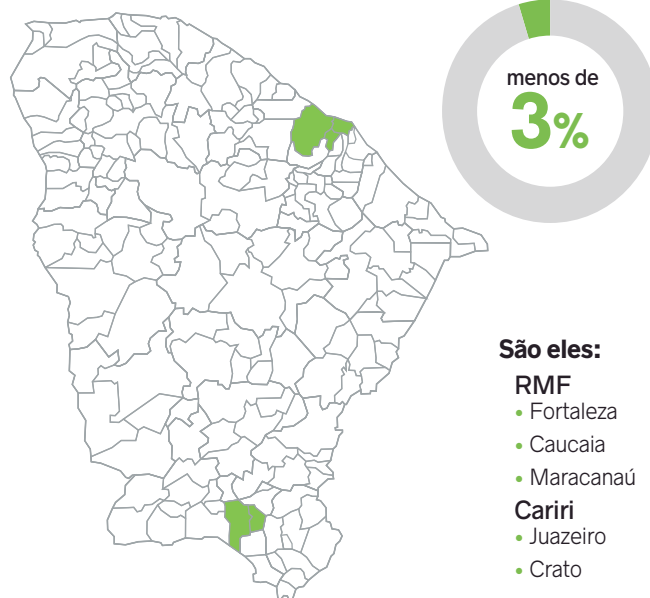
Pouca adesão

Especialistas em mobilidade recomendam a implantação de transportes coletivos em cidades com mais de 60 mil habitantes. No Ceará, 26 municípios possuem esse quantitativo e outros três (Tauá, Limoeiro do Norte e Barbalha) se aproximam desta marca, com mais de 58 mil moradores. Quixadá, com 80 mil habitantes, era um dos que deveriam contar com esta modalidade, no entanto, a criação de um projeto que implantaria coletivos na cidade estacionou. No início deste ano, o secretário de Cidadania, Segurança e Serviços Públicos de Quixadá, Higo Carlos Cavalcante, afirmou que o Município estava trabalhando para a implantação de seis linhas regulares de transporte coletivo na cidade.

Além disso, o titular da Pasta divulgou à época que um engenheiro de trânsito seria contratado para elaborar os estudos das rotas, incluindo o funcionamento da área de embar-

Transporte público no interior

Apenas cinco dos 184 municípios cearenses contam com transporte coletivo



Fonte: Sindiônibus

Diário do Nordeste

Cidades cearenses estruturadas

Além de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú, todas na Região Metropolitana (RMF), no Cariri, duas cidades contam com transporte coletivo urbano rodoviário. Juazeiro do Norte possui a maior quantidade de linhas urbanas, 12 ao total, e o maior fluxo de passageiros por dia, cerca de 45 mil usuários. Crato também dispõe deste tipo de modalidade. Outros dois municípios da região são beneficiados com o transporte. Missão Velha e Barbalha recebem linhas desses coletivos. Esses ônibus ou topiques intermunicipais, no entanto, não podem ser considerados transportes coletivos urbanos por não possuírem linhas próprias que atendam aos anseios da população de cada cidade. Além dos coletivos, os quase 365 mil habitantes de Crato e Juazeiro contam com um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) que interligam as duas cidades. O município de Sobral, na região Norte, também conta com um VLT que, assim como as duas cidades caririenses,

é administrado pela Metrofor. Para implantação deste modal, cabe ao município organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local. Inclusive o de transporte coletivo, que tem caráter essencial, uma vez que o responsável primário pelo transporte público urbano é o poder público municipal, conforme previsto na Constituição Federal. A normativa dá liberdade aos municípios quanto a como ofertar esse serviço. Primeiro, o município pode escolher cuidar do transporte coletivo por conta própria. A Prefeitura se responsabiliza diretamente pela gestão do sistema e desembolsa 100% dos recursos para mantê-lo, ou viabiliza a concessão do serviço de transporte a empresas. Para fazer isso, é preciso realizar uma licitação. Esse procedimento é padrão para que uma empresa desempenhe um serviço público. A vencedora da licitação atua sob regime de concessão ou permissão.

ANÁLISE

Mário Azevedo
Professor do Departamento de Engenharia de Transportes da Universidade Federal do Ceará

É preciso avançar na mobilidade

O sistema de transporte público tem grande importância para a qualidade de vida das pessoas e, também, para o próprio desenvolvimento econômico das cidades. É claro que em cidades pequenas, a grande maioria das necessidades de deslocamento pode ser resolvida a pé ou com o uso de bicicletas. Em situações especiais, pode-se usar um táxi ou mototáxi. No caso das maiores, com mais de 60 mil habitantes, a tendência é que surja a necessidade de viagens diárias mais longas e, para quem não tem veículo próprio, o uso de táxi ou mototáxi dificilmente será viável economicamente. Resta saber como viabilizar serviços de transporte coletivo nestas cidades. Somente as tarifas pagas pelos usuários cobririam os custos? Consórcios entre municípios de uma mesma região poderiam ser formados para racionalizar custos? Poderia existir subsídio do Governo? Para responder estas e outras questões são necessários estudos e vontade política para buscar e brigar por recursos.

DESTAQUE